

Michele de Almeida Schmidt

**OS INSTITUTE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: UM ESTUDO DA EXPANSÃO DA
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao curso de pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do grau de Mestre em Educação, tendo como orientador o Dr. Altair Alberto Fávero e co-orientador o Dr. Jaime Giolo.

Passo Fundo

2010

Dedico esse trabalho às luzes que surgiram na minha vida e que, por muitos momentos, foram fonte de força para que eu pudesse trabalhar nas horas em que todos descansavam.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise do processo de expansão da educação profissional e tecnológica até a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O estudo abrange os 38 institutos criados a partir da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e tem sua base documental proveniente de diversas fontes de informação, entre as quais livros, sites e documentos. Os dados coletados demonstram a dimensão da educação profissional na rede federal, sendo que a sua história, segundo o Ministério da Educação, inicia-se com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. A estrutura do trabalho é composta por três capítulos e um anexo que apresenta uma planilha de informações sobre os institutos. No primeiro capítulo, é apresentado um breve histórico da educação profissional no Brasil. O tema expansão, que trata do plano do governo federal para expandir a educação profissional e a composição dos institutos a partir da análise da legislação, está detalhado no segundo capítulo. Por fim, o terceiro capítulo descreve os 38 institutos criados, levando-se em consideração as características específicas de cada *campus*.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino Técnico e Tecnológico. Institutos Federais.

ABSTRACT

This work presents an analysis of the expansion process of the technological and professional education until the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology. The work is about a research in the 38 Institutes created by means of the Law nr. 11.892 of December 29th, 2008, being the collected data evidences of the dimension of the professional education in a federal level, which has in its history, according to the Education Ministry, started with the creation of the Artifices Apprentices Schools in 1909. To develop this work, it was necessary to investigate from several information sources including books, web sites and documents. The work's structure is composed by three chapters and an attachment which contains an information spreadsheet regarding the Institutes information. In the first chapter, an historical of the professional education in Brazil is presented. The subject expansion, which discusses the intents of the federal government in expanding the professional education and the Institutes composition through the law analysis, is detailed in the chapter two. Finally, the third chapter describes the 38 created Institutes, considering the specific characteristics of each *campus*.

Key-words: Professional education, Technical and Technological Instruction. Federal Institutes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1909 e 1910	37
Figura 2 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1910 a 1914.	37
Figura 3 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1914 a 1918.	38
Figura 4 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1918 a 1919.	38
Figura 5 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1919 a 1922.	39
Figura 6 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1922 a 1926.	39
Figura 7 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1930 a 1945 e 1951 a 1954.....	40
Figura 8 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1946 a 1951.	40
Figura 9 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1954 a 1955.	41
Figura 10 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1956 a 1961.	41
Figura 11 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1961 a 1964.	42
Figura 12 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1964 a 1967.	42
Figura 13 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1967 a 1969.	43
Figura 14 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1969 a 1974.	43
Figura 15 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1974 a 1979.	44
Figura 16 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1979 a 1985.	44
Figura 17 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1985 a 1990.	45
Figura 18 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1990 a 1992.	45
Figura 19 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1992 a 1995.	46
Figura 20 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1995 a 2003.	46
Figura 21 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 2003 a 2010.	47
Figura 22 – Mapa com a distribuição por Estados	47
Figura 23 – Mapa com a distribuição dos Institutos.....	48
Figura 24 - Mapa político do Brasil.....	30

Figura 25 – Mapa do Estado do Acre	58
Figura 26 – Mapa do Estado do Amapá.....	58
Figura 27 – Mapa do Estado do Amazonas.....	59
Figura 28 – Mapa do Estado do Pará.....	61
Figura 29 – Mapa do Estado de Rondônia	64
Figura 30 – Mapa do Estado de Roraima.....	66
Figura 31 – Mapa do Estado de Tocantins.....	67
Figura 32 – Mapa do Estado de Alagoas	69
Figura 33 – Mapa do Estado da Bahia – Instituto Federal da Bahia	71
Figura 34 – Mapa do Estado da Bahia – Instituto Federal Baiano	72
Figura 35 – Mapa do Estado do Ceará.....	74
Figura 36 – Mapa do Estado do Maranhão	77
Figura 37 – Mapa do Estado da Paraíba.....	80
Figura 38 – Mapa do Estado de Pernambuco – Instituto Federal de Pernambuco.....	81
Figura 39 – Mapa do Estado de Pernambuco – Instituto Federal do Sertão de Pernambuco ..	82
Figura 40 – Mapa do Estado do Piauí.....	84
Figura 41 – Mapa do Estado do Rio Grande do Norte	85
Figura 42 – Mapa do Estado de Sergipe	87
Figura 43 – Mapa do Distrito Federal.....	88
Figura 44 – Mapa do Estado de Goiás – Instituto Federal de Goiás	89
Figura 45 – Mapa do Estado de Goiás – Instituto Federal Goiano.....	91
Figura 46 – Mapa do Estado de Mato Grosso	93
Figura 47 – Mapa do Estado de Mato Grosso do Sul.....	96
Figura 48 – Mapa do Estado do Espírito do Santo	97
Figura 49 – Mapa do Estado de Minas Gerais – Instituto Federal de Minas Gerais	99
Figura 50 – Mapa do Estado de Minas Gerais – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	100

Figura 51 – Mapa do Estado de Minas Gerais – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.	102
Figura 52 – Mapa do Estado de Minas Gerais – Instituto Federal do Sul de Minas Gerais ..	103
Figura 53 – Mapa do Estado de Minas Gerais – Instituto Federal do Triângulo Mineiro	105
Figura 54 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Instituto Federal do Rio de Janeiro.....	106
Figura 55 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro – Instituto Federal Fluminense.....	108
Figura 56 – Mapa do Estado de São Paulo.....	109
Figura 57 – Mapa do Estado do Paraná	112
Figura 58 – Mapa do Estado de Santa Catarina – Instituto Federal de Santa Catarina	113
Figura 59 – Mapa do Estado de Santa Catarina – Instituto Federal Catarinense	116
Figura 60 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Instituto Federal do Rio Grande do Sul	117
Figura 61 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Instituto Federal Farroupilha	119
Figura 62 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul – Instituto Federal Sul Riograndense...	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAC: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
DSN: Decreto sem Número
EAF: Escola Agrotécnica Federal
EJA: Ensino de Jovens e Adultos
EMARC: Escola Média de Agropecuária Regional
ETF: Escola Técnica Federal
ETEC: Escola Técnica Aberta do Brasil
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFET: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
MEC: Ministério da Educação e Cultura
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PAR: Plano de Ações Articuladas
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REUNI: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAB: Universidade Aberta do Brasil
UNED: Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	12
2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	17
2.1 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE	17
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA	31
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR	31
2.4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	32
2.4.1 PLANO DE EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	35
2.4.2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	48
3 EXPANSÃO NOS CAMPI DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	30
3.1 REGIÃO NORTE	30
3.1.1 ACRE.....	57
3.1.2 AMAPÁ.....	58
3.1.3 AMAZONAS.....	59
3.1.4 PARÁ.....	61
3.1.5 RONDÔNIA.....	63
3.1.6 RORAIMA.....	65
3.1.7 TOCANTINS.....	66
3.2 REGIÃO NORDESTE	68
3.2.1 ALAGOAS	68
3.2.2 BAHIA	70
3.2.3 CEARÁ.....	73
3.2.4 MARANHÃO.....	76
3.2.5 PARAÍBA.....	80
3.2.6 PERNAMBUCO.....	81
3.2.7 PIAUÍ.....	83
3.2.8 RIO GRANDE DO NORTE	85
3.2.9 SERGIPE.....	87
3.3 CENTRO-OESTE.....	88
3.3.1 DISTRITO FEDERAL	88

3.3.2	GOIÁS.....	89
3.3.3	MATO GROSSO.....	92
3.4	SUDESTE.....	96
3.4.1	ESPÍRITO SANTO	96
3.4.2	MINAS GERAIS.....	98
3.4.3	RIO DE JANEIRO	106
3.4.4	SÃO PAULO.....	108
3.5	SUL.....	111
3.5.1	PARANÁ.....	111
3.5.2	SANTA CATARINA	113
3.5.3	RIO GRANDE DO SUL.....	117
	CONCLUSÃO.....	124
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICE A	133

INTRODUÇÃO

A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica comemorou, em 2009, cem anos de história. Tal comemoração tem como marco a criação de 19 escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. Desde a sua criação, as escolas da rede federal passaram por diversas denominações e objetivos; em 1937, foram transformadas em Liceus Industriais, destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus; em 1942, em Escolas Industriais e Técnicas com formação profissional de nível equivalente ao do secundário; em 1959, em Escolas Técnicas Industriais com autonomia didática e de gestão; em 1978, algumas escolas são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, seguindo a transformação no ano de 1999; em 2005 ocorre a primeira fase do plano de expansão da educação profissional e, em 2007, a segunda fase, sendo que, no ano de 2008, são criados os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia. Durante esses cem anos, a preocupação dessas escolas sempre esteve voltada à educação profissional como forma de qualificação. Sendo assim, atualmente, a rede oferece cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrados e doutorados em todos os estados brasileiros.

A educação profissional, no Brasil, tem na sua origem a ideia de atender as classes menos favorecidas, porém, com o desenvolvimento do país, a mão de obra qualificada tornou-se cada vez mais valorizada. Segundo Filho (2010, p. 141), a educação profissional e tecnológica é um tema que, desde os meados dos anos de 1990, vem ganhando destaque na pesquisa educacional no Brasil, face à proposição e implementação de um amplo conjunto de reformas educacionais e ao estabelecimento de diversas políticas públicas e programas governamentais relacionados à temática.

Dentre as diversas ações do governo federal em relação a essa modalidade de educação, encontra-se a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, que, desde 2003, tem evoluído tanto de forma quantitativa como qualitativa. A partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi autorizada a criação dos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS). Para Pacheco (2010b),

Vislumbra-se que [os Institutos] se constituam um marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio a um novo caminhar na produção e democratização do conhecimento.

Os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia trarão ao País mais oportunidade de pesquisa, cursos de extensão à comunidade, além dos cursos de nível médio, técnico e tecnológico. Segundo Colombo (2010), um dos fatores que nos leva a este modelo é a baixa qualidade científica da nossa formação educacional brasileira, outro fator é o desenvolvimento de base tecnológica para a economia e para o próprio sistema de educação, além da necessidade de técnicos para o crescimento econômico que estamos vivenciando.

No trabalho proposto, buscou-se, através de revisão bibliográfica, realizar uma retrospectiva histórica da educação profissional no Brasil com ênfase na rede federal. Trata-se de um resgate de informações sobre a proposta do governo federal em relação à expansão da rede, assim como de uma análise das características dos institutos incorporada ao processo de expansão. Além disso, foi feita uma pesquisa nos 38 institutos com os seus 314 *campi*, no que se refere à história de criação até a constituição destes como Instituto.

Atualmente, no Brasil, as vagas disponíveis para pessoas qualificadas não estão sendo totalmente preenchidas. Surge, assim, a necessidade de mais pessoas qualificarem-se. Por essa razão, os Institutos têm, entre muitos objetivos, o de disponibilizar para o mercado de trabalho pessoas habilitadas para tais necessidades. Segundo BBC-Brasil (2010), quase dois terços dos empregadores brasileiros têm dificuldades de encontrar pessoas qualificadas para preencher cargos disponíveis, segundo indica uma pesquisa realizada pela consultoria internacional de recursos humanos *Manpower*. Com a criação dos IFETS, muitas escolas foram adequadas à nova denominação, assim como outras foram criadas a partir do plano de expansão, resultando na distribuição de muitas escolas novas pelo país. A partir disso, destaca-se a evolução quantitativa em relação a escolas de educação profissional, científica e tecnológica, porém, é necessário que sejam definidas as diretrizes para essa evolução. Nota-se, através dos estudos realizados em relação a essa transformação, com análise na legislação e de textos publicados sobre o assunto, que há uma grande movimentação em relação a essa nova estrutura. O que se questiona é como toda essa evolução quantitativa trará qualidade para os processos. Será que as partes envolvidas estão preparadas para essa transformação? Qual o tipo de preparação que se previu nas propostas de governo em relação aos objetivos da

legislação? Qual o futuro para essas instituições que contam, com uma longa história na educação profissional e que, como Institutos passaram a possuir novas atribuições?

É necessário que, a partir dessa transformação, outras ocorram no sentido de viabilizar os objetivos propostos. Para tanto, o trabalho apresentado busca uma representação da forma atual em que se encontram todas essas instituições. Por esse motivo, este trabalho constitui uma forma de demonstrar a dimensão da rede federal no que se refere à quantidade de institutos que, com o plano de expansão, estão distribuídos pelo país. Além disso, o trabalho também aponta uma forma de demonstrar de que maneira esses institutos podem colaborar com a potencialidade da região onde estão inseridos. Ambas as situações são importantes para que os institutos sejam vistos como uma ferramenta na educação que proporcione, dentre vários atributos, o de auxiliar no desenvolvimento local da região onde estão inseridos.

Os dados para o desenvolvimento do trabalho foram coletados através de pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos, material de divulgação do Ministério da Educação e na internet, onde foram encontrados textos que mostraram como ocorreu a evolução da educação profissional até a expansão da rede federal. No entanto, também foram necessárias leituras e análises da legislação para que fosse possível confirmar as datas e leis que fizeram parte da história da educação profissional. Para o desenvolvimento da planilha - anexo A - foram pesquisadas as trajetórias dos 38 institutos, assim como sua situação atual. Para realização desse trabalho de pesquisa que consta na planilha final foram investigadas informações, como o nome do instituto, a escola ou as escolas que foram transformadas em instituto, o local onde se encontra a reitoria e os *campi*. Para cada *campus*, foi especificada a escola da qual ocorreu a transformação; se a escola era um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), qual a denominação anterior, a data de criação e a legislação que a autorizava. Caso a escola fosse uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), qual a data de criação e a legislação que a autorizava; e, em caso de ser uma Escola Técnica Federal (ETF), Escola Agrotécnica Federal (EAF) ou Escola Média de Agropecuária Regional (EMARC), qual a data de criação e legislação. Também estão relacionados o ano de origem deste instituto assim como a fase do plano de expansão.

O trabalho foi dividido em capítulos que mostram a trajetória da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica até a criação dos institutos. Para isso, possui como base a pesquisa realizada e que esta demonstrada na planilha, situada ao final do trabalho, em Apêndice A.

O primeiro capítulo traz uma sequência histórica de acontecimentos em relação à educação profissional no Brasil, mostrando como a educação profissional foi conduzida desde os povos mais primitivos, passando pela criação, em 1909, das escolas de aprendizes artífices. Nesse capítulo, também são referidos os objetivos e as denominações diferentes que ocorreram nos anos seguintes, chegando, com isso, ao plano de expansão da educação profissional, que teve como um dos objetivos a criação dos institutos. Com essa trajetória, é possível identificar o papel da educação profissional na história do Brasil como uma modalidade de educação que possuiu diferentes finalidades em cada época.

O capítulo dois trata da expansão da educação profissional, científica e tecnológica no país, demonstrando como essa expansão ocorreu desde o ano de 1909 até o plano do governo atual. Como a educação profissional foi vista em cada governo no Brasil é um fato que nos mostra o valor que ela teve em cada época, assim como o valor que está tendo no governo atual. Por essa razão, destaca-se o plano de expansão da educação profissional, científica e tecnológica em que os institutos são planejados e definidos.

No capítulo três se definem-se os 38 institutos criados no plano de expansão, assim como a sua trajetória de desenvolvimento. Para a descrição desses institutos, foi utilizada a pesquisa, sintetizada no apêndice A, como base, em que, para cada instituto, foram definidos os seus *campi*, assim como, ano e legislação de criação dos mesmos. Portanto, o capítulo mostra características dos institutos, a partir de suas regiões, tanto a trajetória histórica de cada *campus*, assim como o seu funcionamento na atualidade, contribuindo, dessa forma, para a ampliação de conhecimentos acerca do percurso que a educação profissional percorreu até a criação dos *campi*.

Nas considerações finais, são lançadas algumas reflexões nascidas durante as pesquisas realizadas, apontando para a necessidade de questionar o futuro dos institutos, assim como uma reflexão permanente sobre as ações dos gestores envolvidos nos institutos, para que estes sejam de alguma forma de grande benefício para a sociedade. Também observou-se a necessidade de um acompanhamento constante de especialistas da área da educação e das áreas técnicas específicas dos cursos ofertados em todo o país a fim de propor e direcionar estratégias que resultem em benefícios para a sociedade local e, para toda a sociedade brasileira.

1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No ano de 2009, a rede federal de Educação Profissional completou 100 anos de trajetória no Brasil. Em 1909, surgiram as Escolas de Aprendizes Artífices; em 1937, os Liceus de Artes e Ofícios; em 1942, a Escola Industrial e Técnica; em 1978, o Centro Federal de Educação Tecnológica; em 1994, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica; em 2003, a Universidade Tecnológica; e, em 2008, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede Federal de Educação Profissional foi, ao longo destes anos, atendendo às orientações do Governo Federal e transformando a sua história, contribuindo para o desenvolvimento do país como a formação de profissionais cada vez mais qualificados

O centenário da rede federal foi comemorado em 2009. Porém, antes do ano de 1909, já havia formação profissional no Brasil, embora de cunho assistencial e destinada a elementos das mais baixas categorias sociais. Conforme afirma Fonseca:

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68).

Em relação à Educação Profissional para os povos nativos, segundo Manfredi (2002, p. 66), as práticas de aprendizagem efetivavam-se mediante a observação e a participação direta nas atividades de caça, de pesca, de coleta, de plantio e de colheita, de construção e de confecção de objetos. Uma educação profissional que integrava o saber com o fazer, o que ocorre até os tempos atuais.

No Brasil Colônia, a base da economia era a agroindústria açucareira, na qual a mão de obra provinha dos índios e negros. Nesse sentido, Cunha destaca que:

A ampliação da agroindústria açucareira, na Bahia e em Pernambuco, e, já no século XVIII, a intensificação da atividade extrativa nas Minas Gerais, geram núcleos urbanos que abrigavam a burocracia do Estado metropolitano e as atividades de comércio e de serviços. Essa população urbana gerou um mercado consumidor para os produtos de diversos artesãos como sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros. Também sediados nos núcleos urbanos mais importantes estavam os colégios religiosos, em particular os dos jesuítas, com seus quadros próprios de artesãos para as atividades internas de construção, manutenção e prestação de serviços variados. (CUNHA, 2000c, p. 27).

Segundo Moura (*apud* MOLL, 2010), até o início do século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional escolar. Para o autor, o que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes, sendo assim, o primeiro registro de educação profissional foi em 1809 com o colégio de fábricas. Nas palavras de Oliveira:

A criação em 1809, por Decreto do Príncipe Regente, do Colégio das Fábricas, no Rio de Janeiro, decorrente da derrubada do decreto da rainha Maria (depois, Maria Louca) que havia proibido o funcionamento de indústrias nas colônias de Portugal, ficou marcado como o primeiro ato governamental efetivo rumo à profissionalização do trabalhador brasileiro. (2008, p. 2)¹

No ano de 1816, houve o registro da proposta de criação de uma escola de belas artes, com o propósito de articular o ensino das ciências e do desenho para os ofícios. (BRASIL, 2008, p. 278)

Na Bahia, em 1819, a partir da fundação do Seminário de Órfãos, eram ensinados ofícios na área de metal-mecânica. Neste mesmo ano, eram ensinados, em asilos, ofícios como ferraria e artes gráficas. Ainda considerando que estes ofícios deveriam ser prioritários para os menores desvalidos, com o objetivo de diminuir a criminalidade, no ano de 1826, surge a primeira lei no Brasil sobre o ensino de ofícios. Em seguida, ainda com o mesmo

¹ O Decreto de que fala o autor é o Alvará de 05 de janeiro de 1785: “O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil.” (Alvará de 05.01.1785).

objetivo dos anos anteriores, foram construídas dez Casas de Educandos e Artífices em capitais de Províncias, sendo a primeira delas em Belém do Pará [...]. (BRASIL, 2008, p. 278)

No começo do século XX, os objetivos da formação profissional começam a mudar. O que antes era conhecida como uma formação para órfãos e desvalidos da sorte, passa a ter a função de preparar pessoas para o exercício profissional. Os primeiros resultados foram vistos no ano de 1906, através do decreto estadual n.º 787, de 11 de setembro, quando o Presidente do Estado do Rio de Janeiro deu os primeiros passos em relação ao ensino técnico no Brasil. Segundo o decreto, funcionariam escolas nas cidades de Campos, Niterói, Petrópolis e Paraíba do Sul e teriam seções de carpintaria, marcenaria, sapataria e alfaiataria, além de outros ofícios. Essas escolas deveriam suprir de calçados e roupas os sentenciados da Penitenciária e Casa de Detenção, os alienados de Vargem Alegre e as praças do Corpo Militar e de mobiliário as escolas primárias.

Em 17 de outubro de 1906, Nilo Peçanha, presidente do Estado do Rio de Janeiro, inaugurou a primeira destas escolas, implantada com o apoio da Prefeitura do Município de Campos, nomeando o major João Francisco Correia para dirigi-la. Mas, o seu sucessor, Alfredo Backer, mandou fechá-la, frustrando o plano de educação popular do então governador daquele estado. Ainda no ano de 1906, substituindo a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo esta a denominação utilizada até 1930. Esse Ministério passou a ter como atribuição o ensino profissional, incentivando, dessa forma, o desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola no País. Essas ações ocorreram anteriormente ao que o governo federal considera como o início da educação profissional no País.

No ano de 1909, Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil e assina o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 19 Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Nas palavras de Cunha (2000a, p. 63), “já no início de 1910 punham-se em funcionamento as dezenove escolas, cujas datas de inauguração vão de 1º de janeiro a 1º de setembro de 1910.” Para Cunha:

A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendessem aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais”. (2000a, p. 63).

No decreto da criação das escolas, constavam os motivos que desencadearam essa iniciativa:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (BRASIL, 2010a).

As Unidades Federativas que foram contempladas com essas escolas são: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo. Com exceção da escola de Campos, no Rio de Janeiro, todas as outras escolas foram instaladas nas capitais dos estados.

A Unidade Federativa do Rio Grande do Sul não recebeu uma escola de Aprendizes Artífices, pelo fato de já haver nesse Estado uma escola com os mesmos objetivos - o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, denominado mais tarde de Instituto Parobé. O Decreto n.º 7.763, de 23 de dezembro de 1909, justifica o motivo pelo qual o Rio Grande do Sul não recebeu a Escola de Aprendizes e Artífices:

“uma vez que em um estado da República exista um estabelecimento do tipo dos de que trata o presente decreto (escolas de aprendizes artífices), custeado e subvencionado pelo respectivo estado, o Governo Federal poderá deixar de instalar aí a escola de aprendizes artífices, auxiliando o estabelecimento estadual com uma subvenção igual à cota destinada à instalação e custeio de cada escola”. (CUNHA, 2000a, p.67).

Assim como na Unidade Federativa do Rio Grande do Sul, o Distrito Federal também não recebeu uma escola por já possuir o Instituto Profissional Masculino.

Cunha (2000a, p. 73) afirma que, nos primeiros anos, o funcionamento dessas escolas não foi adequado, em virtude da excessiva liberdade que o programa educativo conferia aos diretores e da existência de mestres despreparados, tornando-se, dessa forma, simples escolas de ensino primário. Porém, em 1926, expresso na consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, foi estabelecido um currículo padronizado para todas as oficinas.

Em relação à quantidade de alunos que frequentaram essas escolas, Cunha (2000a, p.92) afirma que, somente no primeiro ano, praticamente 2 mil alunos foram matriculados. Com uma média de 4.300 alunos, as escolas de aprendizes e artífices matricularam 141 mil alunos nos seus 33 anos de existência.

Na mesma década da criação das escolas de aprendizes artífices, foram instaladas escolas para a formação profissional de ferroviários, como a Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Essa escola resultou do acordo entre o Liceu, a estrada de ferro de Sorocaba, a São Paulo Railway, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a Companhia Mogiana das Estradas de Ferro. Para Cunha (2000a, p.133), duas inovações foram introduzidas. A utilização de séries metódicas de aprendizagem consideradas como um instrumento disciplinador e formador de caráter dos jovens aprendizes e a aplicação de testes psicológicos para seleção e orientação dos candidatos de diversos cursos.

Ainda na mesma década, foi promovido um debate sobre a expansão do ensino profissional, propondo que se estendesse o ensino profissional para todos e não somente para os “desafortunados”.

Outras ações ocorreram em relação ao ensino profissional, sendo que, apenas seis anos após a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o Congresso Nacional tomou algumas iniciativas em relação ao ensino profissional. Cunha (2000a, p. 198) afirma que o ensino profissional entrou em pauta na Câmara dos Deputados enquanto parte de um projeto de reforma profunda da educação pública no Distrito Federal. Desde então, por uma década e meia, esse segmento do ensino ocupou lugar de destaque nas discussões dos deputados e foi objeto de vários projetos.

Dentre os projetos, podemos destacar o de autoria do Deputado Federal Azevedo Sodré. Esse projeto, no ano de 1920, foi inspirado no Código Industrial do Império Alemão e previa a reforma do ensino no Distrito Federal e da obrigatoriedade de os empregadores mandarem seus operários menores para frequentarem os cursos das escolas de aperfeiçoamento industrial, previstos nesse projeto. Ainda no mesmo ano, os deputados

Camillo Prates (MG) e Ephigenio de Salles (AM) apresentaram um projeto que autorizava o Governo Federal a criar nos estados tantas escolas de ensino profissional e de ensino primário quantos fossem os grupos de 500 mil habitantes neles existentes. Porém, o Deputado José Augusto (RN) propôs que as escolas profissionais, em número indeterminado, fossem criadas nos locais “reputados convenientes”. Entretanto, para Cunha (2000a, p.201), que cita Azevedo Sodré, ambas as idéias estavam equivocadas, pois as escolas ficariam sem alunos e não conseguiriam combater o bacharelismo, como se pretendia.

Outro projeto que teve bastante polêmica na década de 1920 foi o de Fidélis Reis, deputado mineiro, que, no ano de 1922, encaminhou à Câmara Federal um projeto de lei em que tornava o ensino profissional obrigatório e que, durante cinco anos, a partir de debates e discussões, foi sancionado pelo Congresso Nacional. Essa lei nunca foi executada, tanto que o autor da mesma, em 24 de dezembro de 1928, reclamava na tribuna da câmara:

Eu não esperava que houvesse ainda de ocupar a tribuna para tratar de assunto que, desde minha entrada nesta Casa, vai já para cerca de três legislaturas, tem constituído o objeto precípua de minhas cogitações de parlamentar e de político. Vitorioso no Congresso o projeto de nossa iniciativa, instituindo a obrigatoriedade do ensino profissional, projeto que alcançava a 22 de agosto do ano findo a sanção do Executivo, supunha poder dar por finda minha tarefa. Havia cumprido o meu dever. Resultado de uma porfiada campanha, dir-se-ia para logo uma realidade; no terreno da prática, a lei vencedora, sem embargo, não logrou ela, até agora, início sequer de execução [...] (SOARES, 2010).

Como oposição ao projeto de Fidélis Reis, o Deputado Graccho Cardoso (SE) apresentou um projeto de lei para o ensino industrial que seria uma espécie de sistema paralelo ao do ensino comum, com a denominação de “técnico-profissional”, com o objetivo de formação de força de trabalho industrial e manufatureira.

Em 14 de novembro de 1930, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública estruturou a inspetoria do Ensino Profissional Técnico, sendo uma das funções desta inspetoria a de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, que, desde então, faria parte deste Ministério.

A centralização da burocracia do aparelho escolar correspondeu um aumento do controle do poder central sobre o ensino. Para isso, foi montado no ministério um serviço de registro de professores e um serviço especializado na inspeção das escolas secundárias estaduais, municipais e particulares. Esse serviço contava com um corpo permanente de inspetores, grupados por disciplinas afins, que deveriam ser recrutados por concurso, segundo normas rígidas e detalhadas. Os inspetores

tinham a função de assistir aulas e exames, devendo argüir e fazer argüir alunos por eles escolhidos, apreciar os critérios de atribuição de notas, relatar ao ministério os trabalhos desenvolvidos por professores e alunos de cada disciplina, de cada série, de cada escola secundária do país. (CUNHA, 2000b, p. 19)

Com o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931, o ensino comercial foi reorganizado, tendo um grau pós-primário, um técnico e um superior. Os cursos técnicos eram de um a três anos e ofereciam as modalidades de secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário e perito contador. Segundo Cunha (2000b, p. 23), pela primeira vez, no Brasil, o termo técnico foi empregado na legislação educacional em sentido estrito, isto é, designando um nível intermediário na divisão do trabalho.

No ano de 1934, a Inspeção do Ensino Profissional Técnico transformou-se na superintendência do Ensino Profissional, com um dos objetivos de controlar as escolas de aprendizes artífices.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar de ensino técnico. De acordo com o artigo 129:

Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1937)

No mesmo ano, a partir da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, as escolas de aprendizes artífices são transformadas em Liceus Profissionais. Conforme o artigo 37:

Art. 37. A Escola Normal de Artes e Offícios Wencesláo Braz e as escolas de aprendizes artífices, mantidas pela União, serão transformadas em lyceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.
Parágrafo unico. Novos lyceus serão instituídos, para propagação do ensino profissional, dos vários ramos e graus, por todo o território do País. (BRASIL, 2010b)

Seguindo a evolução da educação profissional, anos depois, o Ministro da Educação organizou uma comissão, presidida pelo ministro Gustavo Capanema, para elaborar um projeto de diretrizes do ensino industrial para todo o país, com o objetivo de padronizar o ensino de ofícios. O anteprojeto foi finalizado no ano de 1941 como “Lei Orgânica do Ensino Industrial”.

O Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial, deslocou todo o ensino profissional para o ensino médio, com a função, segundo Cunha (2000b, p.36), de permitir que a escola primária selecionasse os alunos mais “educáveis”, pois antes desta lei as escolas de aprendizes artífices recrutavam os alunos menos “educáveis”, sendo que, depois desta lei, mesmo que recrutassem os piores alunos, esperava-se que o rendimento fosse significativamente superior devido ao crescimento das escolas primárias, mantidas principalmente pelos estados e municípios. Anteriormente à Lei Orgânica do Ensino Industrial, os egressos dos cursos não podiam receber diplomas reconhecidos pelas autoridades educacionais.

A “lei” orgânica distinguia, com nitidez, as escolas de aprendizagem das escolas industriais. Estas eram destinadas aos menores que não trabalhavam, ao passo que as outras, pela própria definição de aprendiz, aos que estavam empregados. Mas, havia outra distinção importante. O curso de aprendizagem era entendido como uma parte da formação profissional pretendida pelo curso básico industrial. É o que diz o trecho seguinte: “Os cursos industriais[básicos] são destinados ao ensino, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”. Por outro lado, “os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício.” (CUNHA, 2000b, p. 37)

A partir de 1942, com a Reforma de Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino definiram as bases para organização do ensino industrial, a reforma do ensino comercial, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e mudanças no ensino secundário conforme os Decretos-Lei a seguir:

- Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942 - Organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942 - Instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 - Organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;

- Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943 - Reformou o ensino comercial;
- Decreto-lei n.º 8.529, de 02 de janeiro de 1946 - Organizou o ensino primário a nível nacional;
- Decreto-lei n.º 8.530, de 02 de janeiro de 1946 - Organizou o ensino normal;
- Decretos-lei n.º 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946 - Criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
- Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946 - Organizou o ensino agrícola.

Neste mesmo período, as Escolas são transformadas em Escolas Industriais e Técnicas, a partir do Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o objetivo era a formação de profissionais para suprir as necessidades que estavam ocorrendo em relação ao desenvolvimento do país. Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais. Essas escolas ganham autonomia didática e de gestão.

Para definir o regulamento das escolas técnicas federais foi promulgada, no ano de 1959, a Lei n.º 3.552, de 16 de fevereiro. A Lei n.º 3.552 dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do ministério da educação cultura e o Decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, aprova o regulamento do ensino industrial. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961), muda o quadro formal de competências. Segundo Cunha:

O conselho Federal de Educação indicaria até cinco disciplinas obrigatórias para os sistemas (estaduais) de ensino médio. No mais os conselhos estaduais de educação teriam ampla liberdade: completariam o número de disciplinas, relacionariam as disciplinas optativas para escolha dos estabelecimentos de ensino e fariam a sua inspeção. Quanto ao ensino técnico de nível médio, os conselhos estaduais poderiam até regulamentar cursos não especificados na Lei de Diretrizes e Bases. Assim, a competência do MEC ficaria reduzida à fixação das disciplinas comuns a todo o ensino médio e o registro dos diplomas. Quanto a este controle, perderia muito da sua eficácia já que o reconhecimento das escolas seria apenas comunicado ao MEC. (2000b, p.136, 137)

A Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Grau (Lei n.º. 5.692, de 11 de agosto de 1971) obriga a formação técnico-profissional no currículo do segundo grau. Valmir Chagas, autor do anteprojeto da Reforma, entendia ser necessário formar técnicos com urgência, o que fez as escolas aumentarem o número de matrículas e cursos de forma expressiva. No entender de Chagas:

Durante “a preparação de quatro séculos”, manteve-se entre nós o típico ensino de lazer, bacharelesco e ornamental, em cujo âmbito nenhuma ressonância encontravam as poucas tentativas feitas, a partir de Couto Ferraz, para levar à escola a preocupação do trabalho. No mais recente “construção de quatro décadas”, prolongou-se esta última linha de qualquer forma inovadora, e instaurou-se o que há alguns anos chamamos “o dualismo de uma escola (secundária) para os nossos filhos e uma escola (profissional) para os filhos dos outros”. Já na década de 20, porém, Fidelis Reis desenvolveu luta sem trégua de cinco anos para obter uma lei em que se antecipava, de meio século, a exigência da “habilitação profissional” tanto para conclusão dos estudos secundários como para realização de vestibular aos cursos superiores.

A lei não foi executada, nem poderia sê-lo na época; mas ficou a semente lançada pelo idealismo desse “parlamentar de visão profética”, nas palavras de Celso Suckow, que foi tão longe. De certo modo, o que no momento se pretende é dar forma àquele sonho de 1922, pois talvez a principal novidade contida nas diretrizes atuais se encontre na inclusão obrigatória do componente profissionalizante. [...] A “formação especial” já não surge como algo paralelo à educação geral; é parte indissociável desta mesma concepção, a única hoje admissível, em que se combinam o saber e o fazer no pressuposto como ação “interiorizada” e, reciprocamente, de uma ação como pensamento que se objetiva. “A presença do conhecimento especializado [...] é tão importante para o amadurecimento mental quanto a própria educação geral, em si mesma também deformadora quando exclusiva”.(CHAGAS, 1968)

A partir da Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978, transformam-se as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica.

Art. 1º - As Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, com sede na Cidade de Belo Horizonte; do Paraná, com sede na Cidade de Curitiba; e Celso Suckow da Fonseca, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, alterada pelo Decreto-lei nº 796, de 27 de agosto de 1969, autorizadas a organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação, com base no Decreto-lei nº 547, de 18 de abril de 1969, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. (BRASIL, 2010c)

A finalidade desde então para estes Centros Federais de Educação Tecnológica era de oferecer também a educação tecnológica, ou seja, ministrar cursos na área de tecnologia de grau superior de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Também deveria oferecer cursos de licenciaturas para a formação de professores para as áreas específicas do ensino técnico e tecnológico.

No ano de 1993, através da Lei n.º 8.670, de 30 de junho, foram criadas mais escolas de educação profissional no país: uma Escola Técnica Industrial, cinco Escolas Técnicas Federais, nove Escolas Agrotécnicas Federais e uma Escola Agrotécnica. No mesmo ano,

porém, através da Lei n.º 8.731, de 16 de novembro de 1993, todas as Escolas Agrotécnicas Federais passam a constituir-se em autarquias Federais. Diz a Lei:

Art. 1º As atuais Escolas Agrotécnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, passarão a se constituir em autarquias federais.
Parágrafo único. Além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar (BRASIL, 2010d)

No entanto, em 1994, a partir da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas foram sendo transformadas gradativamente em Centros Federais de Educação Tecnológica, sendo que cada instituição teve o seu decreto específico para esta transformação em CEFET. No ano de 1999, o Ministro de Estado da Educação, através da Portaria Ministerial 1647/99, autoriza o credenciamento de novos Centros de Educação Tecnológica.

No ano de 1996, a partir da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro, considerada a segunda LDB, a Educação Profissional ganha um capítulo separado da educação básica, sendo a denominação de Educação Profissional alterada no ano de 2008, a partir da Lei n.º 11.741, de 11 de julho de 1998, para Educação Profissional e Tecnológica. Consta na Lei n.º 9.394 sobre a educação Profissional e Tecnológica a seguinte redação, com as alterações incluídas pela Lei n.º 11.741, de 11 de julho de 2008. Os cursos ficam organizados por eixos tecnológicos; a educação profissional e tecnológica se divide em cursos de formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação; haverá articulação com o ensino regular; o conhecimento adquirido no trabalho poderá ser objeto de avaliação para reconhecimento e certificação; serão oferecidos cursos especiais abertos à comunidade.

Em 1997, a partir do Decreto n.º 2.208, de 17 de abril, a educação profissional é regulamentada, sendo criado o programa de expansão da educação profissional - PROEP. No Governo de Luís Inácio Lula da Silva, tem-se a substituição do Decreto de n.º 2.028/97 pelo Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2004, p. 1):

[...] O Decreto n. 2.028/97 era ilegal ao determinar a separação entre o ensino médio e a educação profissional [...], em confronto com a LDB: "O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas" [...] e "A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular (...)".

A partir do Decreto n.º 5.154, de 2004, passa a ser permitida a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio, tentando restabelecer o que já estava previsto na LDB.

Para Kuenzer (2004), não haveria necessidade de um novo decreto, bastava a revogação do anterior, pois, ao propor o restabelecimento da versão integrada, nada mais faz do que apenas remeter ao dispositivo do texto da atual LDB, não apresentando quase nenhuma novidade, a não ser a determinação da duração do curso.

Em 2005, com a publicação da Lei nº 11.195, o governo federal começa a primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. Nessa fase, ocorre a implantação de 64 novas unidades. No mesmo ano o CEFET – Paraná é transformado em Universidade Tecnológica.

No ano de 2006, ocorre o lançamento do catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia e também é instituído o Programa Nacional de Integração da Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

É no ano de 2007 que ocorre a segunda fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, sendo que nessa fase a meta é entregar mais 150 unidades. O catálogo nacional de cursos técnicos entrou em vigor no ano de 2008. Na expansão da rede federal, entre diversos programas, está o de transformação de diversas escolas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esta transformação tem como meta ser concluída até o final de 2010.

A educação profissional que tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista assume um importante papel para o desenvolvimento nacional. Os programas criados atualmente abrangem várias modalidades de ensino e os mais diferenciados públicos. Com isso, uma grande parte da população passa a ter acesso a uma profissão que possibilite assim um crescimento pessoal e, como consequência, um crescimento para o país. É importante que a história dessa modalidade seja analisada em relação a sua importância para a industrialização do Brasil, com a formação de profissionais, mas também é preciso destacar o que ocorre atualmente em relação à expansão dessa modalidade, pois, sabe-se que acontece uma grande mobilização em relação ao processo de expansão. Nesse sentido, é importante que se analise a forma como está ocorrendo esse processo, para que, além de dar diplomas a uma

grande parcela da população, os egressos dessa rede federal de ensino tenham uma formação de qualidade.

2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Considerando a história que a educação profissional percorreu para chegar até a fase de expansão, é importante analisar como ocorreu o Plano de Desenvolvimento da Educação em todos os seus aspectos, para, assim, poder destacar o seu papel com a educação profissional.

2.1 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação é um conjunto de ações do governo federal que tem como objetivo adequar os alunos ao mercado de trabalho. Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC),

O PDE oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil. Esse alinhamento exige a construção da unidade dos sistemas educacionais como sistema nacional – o que pressupõe multiplicidade e não uniformidade. Em seguida, exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas na sua unidade, mas também a partir dos necessários enlaces da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, única forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade. (BRASIL, 2009, p. 6).

O objetivo do Plano de Desenvolvimento da Educação está de acordo com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que se encontram no Art. 3º da constituição de 1988. São eles:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir desses objetivos, podemos confirmar a razão de existir do PDE, que está em enfrentar as desigualdades de oportunidades educacionais. Até um tempo atrás, predominou

no Brasil a idéia de educação fragmentada. Criaram-se falsas oposições. Segundo o MEC (2010, p.8), a primeira delas foi a oposição entre educação básica e educação superior, a segunda se estabeleceu no nível da educação básica, formada pela educação infantil e o ensino fundamental e médio e a terceira entre o ensino médio e a educação profissional.

Em relação à primeira oposição, o Ministério da Educação afirma que:

Diante da falta de recursos, alegava-se que caberia ao gestor público optar pela primeira. Sem que a União aumentasse o investimento na educação básica, o argumento serviu de pretexto para asfixiar a rede federal de educação superior, cujo custeio foi reduzido em 50% em dez anos, e inviabilizar uma expansão significativa da rede. Nesse caso particular, é forçoso lembrar a revogação em 1996, do parágrafo único do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabelecia: “Nos dez primeiros anos da promulgação da constituição, as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino superior às cidades de maior densidade populacional”. O resultado para a educação básica: falta de professores com licenciatura para exercer o magistério e alunos do ensino médio desmotivados pela insuficiência de oferta de ensino gratuito nas universidades públicas. Era uma oposição, além de tudo, irracional. Como se pode pensar em reforçar a educação básica se a educação superior, debilitada, não lhe oferecer suporte mediante formação de bons professores em número suficiente? (BRASIL, 2009, p. 8)

Para a segunda oposição, em nível da educação básica, notou-se uma atenção muito maior ao ensino fundamental, desprezando os outros níveis. Entretanto, a educação infantil e o ensino médio são fundamentais para o ensino fundamental, pois, no caso da educação infantil, é por meio dela que será dado o acesso ao ensino fundamental. Para a educação básica, o governo atua desde 2007, com um fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização da educação (FUNDEB), para atender toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Anterior a esse, de 1997 a 2006, havia o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF).

O FUNDEB se constitui de recursos de impostos estaduais e municipais, sendo que a união deverá completar o recurso financeiro que falta nos estados para atingir a média nacional, fazendo com que não haja muita diferença entre os estados.

Em relação aos recursos, deve-se analisar como esses estão sendo distribuídos em relação à forma com que são usados. Além disso, deve-se questionar também, quais as diretrizes para o dinheiro gasto em educação.

Para a oposição entre o ensino médio e educação profissional, devem ser analisados alguns fatores que ocorreram nos anos 90, quando foi banida a articulação entre o ensino

médio e a educação profissional e também proibida a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

A proibição foi autorizada a partir da Medida Provisória n.º 1549-28/97, alterada pela Medida Provisória n.º 1651-42/98 e convertida na Lei n.º 9.649 - 27/5/1998.

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Em 2005, a Lei n.º 11.195 dá nova redação ao § 5º do art. 3º que diz:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

Além de proibir a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica nos anos 90, foi banida, a partir de um decreto, a previsão de oferta de ensino médio articulado à educação profissional. No decreto n.º 2208/97, identificamos, no art. 5º, que a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. Esse decreto foi revogado em 2004, a partir do decreto n.º 5.124 que apresentou essa alteração em relação ao anterior.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio,[...]

O Plano de Desenvolvimento da Educação desenvolveu muitos projetos nas diversas etapas da educação, englobando a Educação Básica, Superior e Profissional. Podem-se destacar assim algumas características específicas que são analisadas a seguir:

2.2 Educação Básica

No PDE, a prioridade do governo é uma educação básica de qualidade com o objetivo de envolver pais, alunos e a escola em um processo de integração de toda a comunidade para este desafio. Estão sendo desenvolvidas dentro deste contexto atividades como: Cartilha de Mobilização, Nova Capes, Universidade Aberta do Brasil (UAB), Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência, Piso Nacional Salarial do Magistério, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, Caminho da Escola, Observatório da Educação, Novo Proinfo, Novo Brasil Alfabetizado, Saúde da Escola, Olimpíadas de Matemática e de Língua Portuguesa, Plano de Ações Articuladas (PAR), Prova Brasil, Provinha Brasil, Pró-Infância, Guia de Tecnologias, Mais Educação, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Ensino Fundamental de 9 anos, Educacenso e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação(FUNDEB).

2.3 Educação Superior

Na educação superior, há várias ações importantes que são: UAB, Escola de Altos Estudos, Programa Universidade para Todos (PROUNI), Plano Nacional de Assistência Estudantil, Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI), Fies Solidário, Sinaes e E-MEC², Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência, Nova Capes, Lei de Incentivo à Pesquisa, Programa Nacional de Pós Doutorado, Proext e Tecnologias da informação: ciclo avançado.

² O e-MEC é um sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil.

2.4 Educação Profissional e Tecnológica

Na educação profissional e tecnológica, dentre várias ações, a principal, pela grandiosidade, é a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. No entanto, o governo federal também explora outras ações no Plano de Desenvolvimento da Educação, que são: Catálogos de cursos técnicos de nível médio, Catálogos de cursos superiores de Tecnologia, Pró-funcionário, Reforma do Sistema S, Projovem e Saberes da Terra, Proeja, Lei do Estágio, E-TEC e Brasil Profissionalizado. Cada uma dessas ações terá como foco principal a educação profissional como forma de ampliar o conhecimento científico. Em relação às ações para a educação profissional e tecnológica, especificam-se algumas características para a melhor compreensão das oportunidades que o país está proporcionado para a população.

Os Catálogos de cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia são uma forma de padronizar os diversos cursos criados nessa modalidade de ensino. Desse modo, as instituições e os alunos possuem um documento que pode orientar os mesmos na oferta de cursos dessa modalidade. São definidos nos catálogos a carga horária mínima, a descrição dos cursos, as possibilidades de atuação profissional e a infraestrutura recomendada. Os catálogos são divididos por eixos tecnológicos e na sequência pela oferta de cursos. Os catálogos foram criados, pois, anteriormente existiam muitos cursos com o mesmo perfil, porém, denominações diferentes. Todos os anos os catálogos passam por revisão com a participação de educadores, estudantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, órgãos públicos e as instituições que oferecem os cursos.

O Pró-funcionário é um programa que teve início no ano de 2005, como um projeto-piloto. Tem como público alvo pessoas que trabalham em funções administrativas nas redes públicas estaduais e municipais de educação básica. O curso é oferecido na modalidade a distância e atende à maioria das funções desempenhadas pelos servidores. Segundo MEC,

São quatro habilitações, as quais atendem à maioria das funções desempenhadas pelos servidores nas escolas — técnico em gestão escolar, em alimentação escolar, em infra-estrutura material e ambiental e em multimeios didáticos. A primeira parte do curso, comum a todas as áreas, oferece uma formação ampla sobre história e teorias da educação, informática, produção textual, direito administrativo e do trabalho. Os módulos seguintes são diferenciados. O material oferecido aos técnicos em alimentação escolar, por exemplo, abrange conteúdos como teorias da nutrição, políticas de alimentação escolar e elaboração de cardápios escolares. (MEC, 2010a)

Em relação à reforma do sistema S, ela tem como objetivo ampliar a gratuidade e as vagas em cursos técnicos para estudantes de baixa renda e trabalhadores. Essa reforma trata de um acordo entre quatro entidades (Senai, Sesi, Senac e Sesc), sendo que, para cada entidade, foram definidas metas específicas. Para o Senai, segundo MEC(2010b), a entidade destinará, anualmente, dois terços de sua receita líquida para vagas gratuitas em cursos e programas de formação inicial e continuada e de formação de nível médio. Os recursos devem evoluir, a cada ano, a partir de 2009, até alcançar 66,6% em 2014, seguindo o roteiro: 50%, em 2009; 53%, em 2010; 56%, em 2011; 59%, em 2012 e 62%, em 2013

Em relação ao Sesi, anualmente, um terço da receita líquida da entidade será destinada à educação, compreendendo: educação básica e continuada e ações educacionais de saúde, esporte, cultura e lazer para estudantes. A metade desses recursos é para estudantes de baixa renda. A alocação de recursos para a educação evolui entre 2009 e 2014. Assim, serão 28%, em 2009; 29%, em 2010; 30%, em 2011; 31%, em 2012; 32%, em 2013; e 33,33%, em 2014.

No caso do Senac, a entidade se compromete a oferecer vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação técnica de nível médio a partir de 2009, com evolução anual até 2014. Os cursos gratuitos destinam-se a pessoas de baixa renda — alunos matriculados ou egressos da educação básica e trabalhadores, empregados ou desempregados. Têm prioridade nas vagas pessoas que reúnem as duas condições: aluno e trabalhador. Observa-se a evolução das vagas gratuitas: 20%, em 2009; 25%, em 2010; 35%, em 2011; 45%, em 2012; 55%, em 2013; e 66,6%, em 2014. Os cursos de formação inicial terão, no mínimo, 160 horas.

Já o Sesc assumiu o compromisso de aplicar um terço da receita líquida em educação (básica e continuada e ações educacionais desenvolvidas nos seus programas) para alunos da educação básica, nesta escala: 10%, em 2009; 15%, em 2010; 20%, em 2011; 25%, em 2012; 30%, em 2013; 33,3%, em 2014. A metade desses valores será destinada à gratuidade para os estudantes da educação básica de baixa renda.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) é destinado para famílias de baixa renda e atende à população entre 15 a 29 anos. Foi criado no ano de 2005 para atender jovens que não tinham concluído o ensino fundamental e que não possuíam carteira assinada. No ano de 2007, foi lançado um novo projovem, agente jovem, saberes da terra e escola de fábrica, sendo que o principal objetivo do programa é que o público alvo seja reintegrado ao sistema educacional, promovendo a sua qualificação profissional.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) tem como objetivo oferecer a jovens acima de 18 anos um curso de ensino médio integrado com a educação técnica.

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre os estágios dos estudantes, definem novos parâmetros para contratação. São eles:

- A carga horária está limitada a seis horas diárias/trinta horas semanais;
- Estagiários têm direito a férias remuneradas - trinta dias - após doze meses de estágio na mesma Empresa ou, o proporcional ao tempo de estágio, se menos de um ano;
- O tempo máximo de estágio na mesma empresa é de dois anos, exceto quando tratar-se de estagiário portador de deficiência;
- A remuneração e a cessão do auxílio-transporte são compulsórias, exceto nos casos de estágios obrigatórios;
- Profissionais liberais com registros em seus respectivos órgãos de classe podem contratar Estagiários;
- O capital segurado do Seguro de Acidentes Pessoais, cujo número da Apólice e nome da Seguradora precisa constar do Contrato de Estágio, deve ser compatível com os valores de mercado;
- Um Supervisor de Estágio poderá supervisionar até dez Estagiários;
- A Legislação estabelece - exclusivamente para Estagiários de nível médio regular, 2º grau (colegial) - a proporcionalidade de contratações descrita abaixo:

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I - de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II - de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III - de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV - acima de 25 (vinte e cinco) empregados, até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese da parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso III deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

O e-Tec Brasil tem o objetivo de oferecer, a partir da modalidade a distância, cursos de educação profissional de nível médio que devem proporcionar a expansão de regiões com pouco acesso à educação profissional. O programa foi desenvolvido usando o modelo da UAB.

Para fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica é que o governo federal criou o programa Brasil Profissionalizado. Criado a partir do Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, o programa possibilita que a rede pública, de ensino médio integrado à educação profissional, seja modernizada e expandida. Segundo Colombo:

Com o Brasil Profissionalizado, o MEC passará a incentivar os estados e municípios a retomar o ensino profissional. Para isso dará assistência financeira e técnica (obras, gestão, formação de professores, etc) para que os estados e municípios dêem em contrapartida novas matrículas de EPT em sua rede de educação pública de forma inteiramente gratuita, com qualidade e eficiência. (COLOMBO, 2010a)

Com todas essas ações será possível uma retomada da educação profissional em todo o país, incentivando o surgimento de um ensino médio com sua base científica reforçada. Segundo o Ministério da Educação, talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação mais notáveis.

A partir de dezembro de 2005, foram lançadas ações para o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação.

2.4.1 Plano de Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é uma ação governamental que oportunizará o acesso a cursos profissionalizantes, sendo considerada a maior nos 100 anos de existência da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Até o ano de 2005, a Rede Federal contava com 1 Universidade Tecnológica Federal, localizada no estado do Paraná; 6 *Campi*, vinculados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs); 35 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs); 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs); 1 Escola Técnica Federal (ETF) e 32 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

A partir da Lei n.º 11.249, de 23 de dezembro de 2005, o Ministério da Educação recebeu crédito adicional destinado à execução da 1º fase do Plano de expansão. Ocorrem, com isso, a descentralização de recursos para as unidades e o começo dos planos operativos individuais.

Segundo Pereira (2009), o objetivo da 1º Fase do Plano de Expansão é implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos dessas instituições. Além disso, serão implantadas outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho.

Nessa fase, foram previstas 64 unidades, sendo 4 UNEDs entre 2003 e 2005, 28 novas UNEDs (Plano de Expansão 2006), 5 novas UNEDs (Plano de Expansão 2007), 18 Escolas Federalizadas, 9 Novas Autarquias (PL- 7268/2006).

A segunda fase do plano de expansão foi lançada no ano de 2007 com a meta de entregar 150 unidades, sendo uma em cada Cidade-Polo do país.

Os critérios para a definição das Cidades-Polo foram:

1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades;
2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões;
3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais;
4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes;
5. Identificação de potenciais parcerias.

Segundo Pereira (2009), a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo critério na Fase II toma como base a identificação de cidades-polo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento sócio-econômico do país e concorrerá, sobretudo, com a interiorização, para uma mais justa ordenação da oferta de Educação Profissional e Tecnológica, ao incluir locais historicamente postos à margem das políticas públicas voltadas para essa modalidade.

Considerando a história da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, pode-se verificar que, nos últimos anos, a rede teve um grande crescimento. De 1909 até 1910, no Governo de Nilo Peçanha, foram construídas 21 escolas técnicas, incluindo uma escola vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.



Figura 1 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1909 e 1910

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010

De 1910 a 1914, no Governo de Hermes da Fonseca, foi entregue uma Escola Técnica.



Figura 2 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1910 a 1914.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1914 a 1918, no governo de Wenceslau Braz, foi entregue uma Escola Técnica.



Figura 3 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1914 a 1918.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1918 a 1919, no governo de Delfim Moreira, foi entregue uma Escola Técnica.



Figura 4 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1918 a 1919.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1919 a 1922, no governo de Epitácio Pessoa, foi entregue uma Escola Técnica.



Figura 5 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1919 a 1922.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1922 a 1926, no governo de Arthur Bernardes, foram entregues 2 Escolas Técnicas, sendo uma vinculada à Universidade Federal de Pelotas.



Figura 6 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1922 a 1926.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, no governo de Getúlio Vargas, foram entregues 21 Escolas Técnicas, sendo 5 escolas vinculadas às seguintes Universidades Federais – UFPB, UFF, UFRPE, UFV, UFRRJ.



Figura 7 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1930 a 1945 e 1951 a 1954.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1946 a 1951, no governo de Gaspar Dutra, foram entregues 11 Escolas Técnicas, sendo 2 vinculadas a Universidades – UFMG e UFRN.



Figura 8 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1946 a 1951.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1954 a 1955, no governo de Café Filho, foram entregues 4 Escolas Técnicas, sendo 3 vinculadas a Universidades – UFPI, UFRN e UFSC.



Figura 9 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1954 a 1955.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1956 a 1961, no governo de Juscelino Kubitschek, foram entregues 4 Escolas Técnicas, sendo 1 vinculada à Universidade – UFSM.



Figura 10 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1956 a 1961.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1961 a 1964, no governo de João Goulart, foram entregues 6 Escolas Técnicas, sendo 2 vinculadas a Universidades – UFRN e UFPA.



Figura 11 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1961 a 1964.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1964 a 1967, no governo de Castelo Branco, foram entregues 4 Escolas Técnicas, sendo 2 vinculadas a Universidades – UFMG e UFSM.



Figura 12 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1964 a 1967.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1967 a 1969, no governo de Costa e Silva, foram entregues 9 Escolas Técnicas, sendo 4 vinculadas a Universidades – UFMA, UFPI, UFSM e UFMG.



Figura 13 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1967 a 1969.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1969 a 1974, no governo de Emílio G. Médici, foram entregues 3 Escolas Técnicas, sendo as 3 vinculadas a Universidades – UFF, UFU e UFPB.



Figura 14 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1969 a 1974.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1974 a 1979, no governo de Ernesto Geisel, foi entregue 1 Escola Técnica, sendo esta vinculada à Universidade Federal – UFPI.



Figura 15 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1974 a 1979.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1979 a 1985, no governo de João B. Figueiredo, foram entregues 2 Escolas Técnicas, sendo uma vinculada à Universidade – UFCEG.



Figura 16 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1979 a 1985.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1985 a 1990, no governo de José Sarney, foram entregues 13 Escolas Técnicas, sendo duas vinculadas a Universidades – UFRR e UFTM.



Figura 17 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1985 a 1990.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1990 a 1992, no governo de Fernando Collor de Mello, foram entregues 3 Escolas Técnicas.



Figura 18 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1990 a 1992.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1992 a 1995, no governo de Collor de Mello, foram entregues 27 Escolas Técnicas, sendo uma vinculada à Universidade – UFPA.



Figura 19 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1992 a 1995.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 1995 a 2003, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram entregues 11 Escolas Técnicas.



Figura 20 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 1995 a 2003.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

De 2003 até o final de 2010, no governo de Luis Inácio Lula da Silva, serão entregues 214 Escolas Técnicas.

Figura 21 – Mapa com as Escolas Técnicas criadas entre 2003 a 2010.

Fonte: Blog do Planalto. Disponível em: < Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-e-estrategica-para-o-desenvolvimento-do-pais/>>. Acesso em 13 jan. 2010.

Na imagem a seguir, é definida a distribuição das escolas por estado - as inauguradas e as em obras.

ERROR: typecheck
OFFENDING COMMAND: image

STACK:

-dictionary-
-mark-
-savelevel-